

Relatório Anual de Informações 2021



capital
prev



Sumário

INTRODUÇÃO	3
MENSAGEM DA DIRETORIA	4
ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA	6
GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO	10
EMPRÉSTIMOS	12
SEGURIDADE	13
CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS	14
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	16
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	18
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	23
SITUAÇÃO ATUARIAL	27
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
PLANO DE SAÚDE VIVA+	30

Introdução

O exercício de 2021 foi de grandes transformações na FAECES, que se consolidaram agora em 2022 – ano de publicação deste Relatório Anual de Informações (RAI). A principal delas foi a alteração do nosso Estatuto para, dentre outros, mudar a razão social da entidade para Capital Prev - Fundação Capital Previdência e Saúde.

Estamos celebrando, portanto, o início de uma nova era, que traz perspectivas de crescimento e consolidação do seu fundo de pensão no segmento de previdência complementar e saúde! Uma Fundação mais forte e que, a partir de agora, pode oferecer mais produtos e serviços para outros públicos além dos empregados da Cesan.

Neste RAI, além de entender melhor todo esse processo de transformação, você poderá acompanhar mais detalhes das atividades e dos resultados ao longo do último exercício. Para melhor guiar a sua leitura, em resumo, o documento traz:

- A mensagem da Diretoria Executiva sobre os principais desafios e conquistas em 2021;
- Um retrospecto dos principais acontecimentos na FAECES ao longo do exercício;
- Dados da população de participantes, além das receitas e despesas previdenciárias;
- Informações sobre as despesas administrativas e com investimentos;
- Detalhes sobre a gestão dos investimentos;
- Dados sobre a gestão dos Planos de Saúde; e
- Situação atuarial dos planos de Benefícios Previdenciários.

Boa leitura!



Mensagem da Diretoria

Prezado(a) participante e/ou beneficiário(a) dos Planos Previdenciários e de Saúde Administrados pela Fundação,

O início de 2021 trouxe esperança para o fim da pandemia — devido ao avanço da vacinação em todo o mundo — e, conseqüentemente, o retorno à normalidade do cenário econômico, fortemente afetado pela crise da Covid-19. Porém, o que vivemos foi a perpetuação de uma conjuntura delicada no mercado financeiro, que se intensificou no último trimestre do ano e afetou investimentos em diversos segmentos, inclusive os dos fundos de pensão.

Para controlar as oscilações macroeconômicas, o Banco Central elevou de forma constante a taxa de juros buscando controlar a elevação da inflação — índice que é atrelado às metas atuariais dos planos de benefícios previdenciários —, fazendo com que mais de 90% dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do país não conseguissem atingir suas metas. E nós não fomos exceção: apesar de encerramos 2021 com resultados positivos nos Planos BD e II, os números ficaram bem abaixo das metas estabelecidas:

- Plano BD = rentabilidade acumulada de 5,30%, contra a meta atuarial acumulada de 17,23%;

- Plano II = rentabilidade acumulada de 0,95%, contra a meta atuarial acumulada de 15,62%.

Cabe lembrar que resultados aquém do esperado não significam prejuízos / perdas do patrimônio acumulado pelos participantes. Nesse sentido, a característica principal da previdência complementar — que é o investimento com foco no longo prazo — é benéfica, visto que crises conjunturais como a atual afetam de modo geral todos os agentes econômicos, em consequência da situação da economia do País, e são passageiras, com tendência a serem revertidas com o passar do tempo.

De toda forma, mantivemos a estratégia de diversificar ainda mais os nossos investimentos, com o objetivo de reduzir os impactos negativos da turbulência vivida no mercado financeiro. Em 2021, iniciamos as aplicações em Investimentos no Exterior — uma alternativa que já vínhamos estudando desde antes da pandemia e que, por conta dela, havia sido adiada —, que já representam 5% da carteira de ativos dos



Planos de Benefícios Previdenciários. Além disso, temos o apoio da Consultoria ADITUS- Empresa de Consultoria em Investimentos que, trimestralmente, faz uma avaliação independente da performance e do cenário econômico e, semestralmente, realiza uma nova análise da carteira e dos rendimentos, junto com o Comitê de Investimentos, para avaliação de possíveis oportunidades de realocação em busca de um retorno melhor dos ativos, sempre observando se isso irá provocar perdas ou não.

E no meio de toda essa questão, não deixamos de olhar para a frente, em busca do crescimento da nossa Fundação. Não à toa, demos sequência ao processo de alteração do Estatuto da Entidade para implementar a figura do instituidor e, com isso, ampliarmos o nosso leque de serviços para outros públicos, além dos empregados da Patrocinadora Cesan e seus familiares — iniciativa que ocasionou, também, a adequação da nossa razão social: a FAECES passou a se chamar Capital Prev - Fundação Capital Previdência e Saúde, já agora em 2022, como citado na Introdução deste Relatório Anual. Essa mudança, inclusive, não implica em qualquer modificação dos Planos de Benefícios e/ou dos Planos de Saúde.

Além disso, continuamos contando com a mesma equipe: especializada e capacitada para administração de planos previdenciários e de saúde.

Para o exercício de 2022, está em vista a criação de um novo plano de benefício previdenciário, de caráter instituído (isto é, não patrocinado como os já existentes Plano BD e Plano II), cujas características serão apresentadas assim que o processo estiver concluído. Com a expectativa de mais novidades e o controle da situação sanitária e econômica no Brasil e no mundo, desejamos que as informações contidas neste documento esclareçam os seus questionamentos sobre a situação da nossa Fundação.

Boa Leitura.

Luiz Carlos Cotta

Ana Cristina Munhós de Souza

Andre Barbosa Barreto Duarte





Assuntos de Relevância

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Em 2021 a FAECES providenciou os ajustes necessários na proposta de alteração do Estatuto para atender exigências da PREVIC, submetendo-o novamente à aprovação.

A Previc aprovou, em 18/02/2022, as alterações propostas no Estatuto da FAECES para que a Fundação passe a se chamar Capital Prev – Fundação Capital Previdência e Saúde e possa oferecer previdência complementar para um público mais amplo.

Conheça os principais ajustes no Estatuto:

- Art. 1º – Alteração do nome da Entidade para Capital Prev;
- Art. 8º; Art. 13; e Art. 14 – Inclusão de instituidores e entes públicos como patrocinadores no roll de membros da Fundação;
- Art. 35; Art. 36; e Art. 37 – Exclusão dos artigos por ser a competência e responsabilidades específicas de cada diretor tratada no Regimento Interno;
- Art. 43 – Redução de um membro da comissão eleitoral devido a cooperativa ter deixado de existir.

As mudanças não implicarão em perdas de quaisquer direitos já adquiridos!

A íntegra do Estatuto pode ser conferida no site da Fundação.

O quadro comparativo com as alterações está disponível na área restrita do participante.

ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO ÓRGÃO REGULADOR - PREVIC

Em 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), através do seu Escritório de Representação em Minas Gerais (ERMG), iniciou ação fiscal na FAECES, tendo como escopo inicial a verificação de adequação da paridade contributiva do contrato de serviço passado do Plano de Benefício Definido e seus aditivos.

Durante o ano de 2021 a fiscalização e a Fundação mantiveram contato com a finalidade de atender todas as exigências da PREVIC, dentre elas o envio do Plano de Equacionamento de Déficit do exercício de 2020 aprovado pelo Conselho Deliberativo, Cesan e SEDURB. Algumas dessas exigências só puderam ser atendidas no início de 2022.

A Fundação aguarda análise da PREVIC para que a fiscalização possa ser encerrada.

CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA 2022

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

As taxas aplicadas para participantes e assistidos em 2021 foram mantidas para 2022.

A contribuição dos patrocinadores corresponde a 9% da folha de salário de contribuição para os ativos e contribuição paritária a contribuição dos assistidos.

No entanto, em função do Déficit do exercício de 2020 do Plano de Benefício Definido, será necessária

cobrança de contribuições extraordinárias mensais especificadas no Plano de Equacionamento de Déficit, a saber:

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA OS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

- 2,18% sobre o salário de participação para participantes;
- 3,16% sobre o valor do benefício para assistidos.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O PATROCINADOR

O equacionamento da parcela do patrocinador foi realizado em parcela única, por meio da quitação antecipada do valor do déficit de sua responsabilidade.

A contribuição extraordinária será cobrada considerando 13 parcelas anuais — incidentes, portanto, sobre o 13º salário dos participantes e do abono anual dos assistidos.

O prazo de amortização do déficit previsto inicialmente é de 13,85 anos (166 meses).

PLANO DE BENEFÍCIOS II

A Contribuição Básica do participante permanece sem alterações, ou seja, equivale a um percentual escolhido pelo participante incidente sobre o salário de participação. A CESAN faz contribuições correspondentes a 100% da Contribuição Básica efetuada pelo participante, até o limite de 7,5% do salário de participação.

A Contribuição Administrativa dos participantes, assistidos e patrocinadores foi mantida em 0,40% sobre o salário de participação para os participan-

tes e patrocinadores e sobre o valor do benefício para os assistidos.

Já a Contribuição de Risco sofreu redução do percentual, passando de 0,24% para 0,15%, sobre o salário de participação para os participantes e patrocinadores.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

A Fundação continua observando as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020 e determina que toda organização, pública ou privada, garanta o direito à privacidade dos dados pessoais das pessoas com as quais tenha relacionamento.

Durante toda a sua existência, a Fundação sempre se preocupou com a confidencialidade e a segurança das informações dos seus participantes, assistidos, beneficiários, empregados, parceiros e demais pessoas com quem se relaciona. Ainda assim, todas as medidas necessárias para atender à legislação estão sendo tomadas, de forma a manter o compromisso com a cultura de proteção de dados.

No site da Fundação, no menu “A FAECES” você pode falar diretamente com o encarregado de dados, que é a pessoa que atua como canal de comunicação entre a empresa, titulares de dados e o governo (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

Encarregado: Jaqueline Sarcinelli Vervloet Zipinotti
E-mail: encarregado.lgpd@faeces.com.br
Telefone: (27) 2122-3910





Governança Corporativa

ALTERAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em função da renúncia do conselheiro Mateus Rodrigues Casotti – que assumiu novas e relevantes atividades em sua unidade de lotação na CESAN, que certamente exigirão sua dedicação exclusiva à Companhia –, Luciana Miranda Soares Garcia tomou posse como membro efetivo do Conselho Deliberativo da FAECES no dia 28 de outubro de 2021, representando o Patrocinador Cesan.

Seu mandato terminará em 25 de abril de 2023. Em reunião ocorrida na mesma data, Luciana foi escolhida e titulada como Presidente do referido conselho, conforme disposto no Estatuto Social da FAECES – que determina que os membros do Conselho Deliberativo indicados pelos patrocinadores escolherão entre si o seu Presidente.

Com isso, em 31/12/2021 a composição do Conselho Deliberativo da Fundação é a seguinte:

CONSELHO DELIBERATIVO

EFETIVOS

- Luciana Miranda Soares Garcia (Presidente)
- Romeu Souza Nascimento Júnior
- Millena Plaster Benevides Freitas
- Reginaldo José de Castro

SUPLENTES

- Sérgio Henrique Vieira Rabello
- Jouze F. Wander Haeyden Lentini
- Rafaela Perim Pechinho
- Gelcimar Lopes de Oliveira

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

- Tiago Siqueira da Silva
- Stênio Santos Sales
- Hélio de Sousa
- Edmar José Zorzal (Presidente)

SUPLENTES

- Ana Maria Gusmão Lyra Silveira
- Karla Ponzio Vaccari
- Adivalti Antonio Nunes Loureiro
- Lorena Favero Uliana

CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Nos termos da legislação vigente, a Fundação observa as exigências para certificação e habilitação de dirigentes e conselheiros.

Em 31/12/2021 estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.

- 100% da Diretoria;
- 100% dos membros efetivos e 50% dos suplentes do Conselho Deliberativo. Os membros suplentes não certificados tomaram posse em 16/03/2021 e tem o prazo de 1 ano para obterem a certificação.
- 100% dos membros efetivos e 75% dos suplentes do Conselho Fiscal. O membro suplente não certificado tomou posse em 16/03/2021 e tem o prazo de 1 ano para obter a certificação.
- 100% dos membros do Comitê de Investimento.

O Diretor Adm. e Financeiro (AETQ), o Diretor-Presidente e membros do Comitê de Investimentos possuem certificação específica para profissionais de investimentos (ICSS-Investimentos ou CPA-20).

Quanto à habilitação, em 31/12/2021 toda a Diretoria Executiva da FAECES estava habilitada pela PREVIC – conforme legislação vigente, que define que o exercício do cargo de membro da Diretoria Executiva depende de emissão de Atestado de Habilitação de Dirigente por aquela Superintendência.

QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS

Empregados, diretores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos da FAECES participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar e de saúde suplementar, agregando mais experiência na gestão da entidade. Durante o ano de 2021, os treinamentos foram realizados online, em plataforma digital.

O conhecimento técnico é imprescindível para que

se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais a Entidade e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros, membros do Comitê de Investimentos e empregados de forma a se buscar as competências técnica e gerencial desejadas.

NORMATIVOS INTERNOS

POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Para estabelecer as principais diretrizes da Fundação na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a FAECES elaborou a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

O documento está disponível no site faeces.com.br.

A Política deve ser observada pelos empregados, parceiros, prestadores de serviços, participantes, assistidos e patrocinadores, com especial atenção ao item 6, que dispõe sobre o cadastro de participantes e assistidos – que deve estar sempre atualizado, inclusive o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente.

Os participantes e assistidos podem informar a alteração cadastral e o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente à FAECES a qualquer momento.

Os prestadores de serviços terceirizados e fornecedores devem reportar à Fundação qualquer alteração cadastral da pessoa física responsável pela empresa e da pessoa jurídica, inclusive o seu enquadramento como pessoa exposta politicamente.

O que é uma Pessoa Exposta Politicamente? Aquela que desempenha ou tenha desempenhado, nos cinco anos anteriores, cargo, emprego ou função pública relevantes, assim como funções relevantes em organizações internacionais. Para saber mais sobre quem são consideradas pessoas expostas politicamente, consulte o Art. 15 da Instrução Normativa Previc nº 34/2020.

SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO PELA CESAN

Em 2021, o patrocinador CESAN realizou auditoria na FAECES, em atendimento ao estabelecido na Lei Complementar nº108/2001, sendo que a opinião emitida decorrente dos fatos levantados durante o trabalho está classificada como “Satisfatória”, que é quando o sistema de controle é considerado adequado e eficaz.



Relacionamento e Comunicação

EVENTOS REALIZADOS PELA FAECES

Para alertar sobre a prevenção ao câncer de mama e ao câncer de próstata, a FAECES – como em todo ano – promoveu ações para as campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

As atividades envolveram a realização de palestras em parceria com o NEON - Núcleo Especializado em Oncologia e a participação do médico oncologista Wesley Vargas Moura, na sede da Entidade. Em 2021, porém, por conta do distanciamento social em decorrência da atual pandemia, apenas empregados e representantes dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da FAECES, além de aposentados e do SINDAEMA puderam participar dos eventos.

A FAECES, em 2021, não realizou palestras e eventos de forma presencial para os empregados, aposentados da CESAN e respectivos familiares, em função

da pandemia do novo coronavírus que se prolongou e exigiu um distanciamento social a fim de evitar aglomerações.

Entretanto disponibilizou no site alternativas com o apoio da Planejar – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, como a 8ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o tema Planejamento, Poupança e Crédito Consciente: O PLA-POU-CRÉ e a sua saúde financeira, que discutiu como o planejamento, a poupança e o crédito consciente podem contribuir para uma vida financeira mais saudável. O evento contou com palestras, seminários, jogos interativos e outras iniciativas gratuitas e 100% online relacionadas à gestão de finanças pessoais.

A Fundação também divulgou a Semana do Aposentado, tradicional evento do sistema Abrapp, Sindapp, Icoss, Uniabrapp e Conecta, com palestras virtuais gratuitas sobre saúde e qualidade de vida, realizadas de 26 a 29 de janeiro de 2021.

BOLETINS E COMUNICADOS

A Fundação manteve a regularidade na divulgação de boletins informativos com o objetivo de demonstrar transparência e aprimorar a divulgação de informações importantes aos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios e aos beneficiários do Plano de Saúde Viva+, através de divulgação no site, envio de e-mails e SMS.

NOVO BOLETIM ELETRÔNICO ESPECIAL SOBRE O PLANO BD

Em mais uma iniciativa da FAECES com foco na transparência, desde novembro de 2021 os participantes do Plano BD estão recebendo periodicamente um boletim eletrônico sobre o seu plano de benefícios e os reflexos negativos na rentabilidade dos recursos aplicados no mercado financeiro – em virtude da elevada inflação e da crise política e institucional que se instalou no Brasil, assim como da influência desfavorável da conjuntura econômica local e mundial.

ENDEREÇO DE E-MAIL ATUALIZADO

É importante que todos os participantes dos Planos tenham o seu e-mail devidamente atualizado no cadastro da Fundação, para que possam receber o material e mantenham-se devidamente informados.

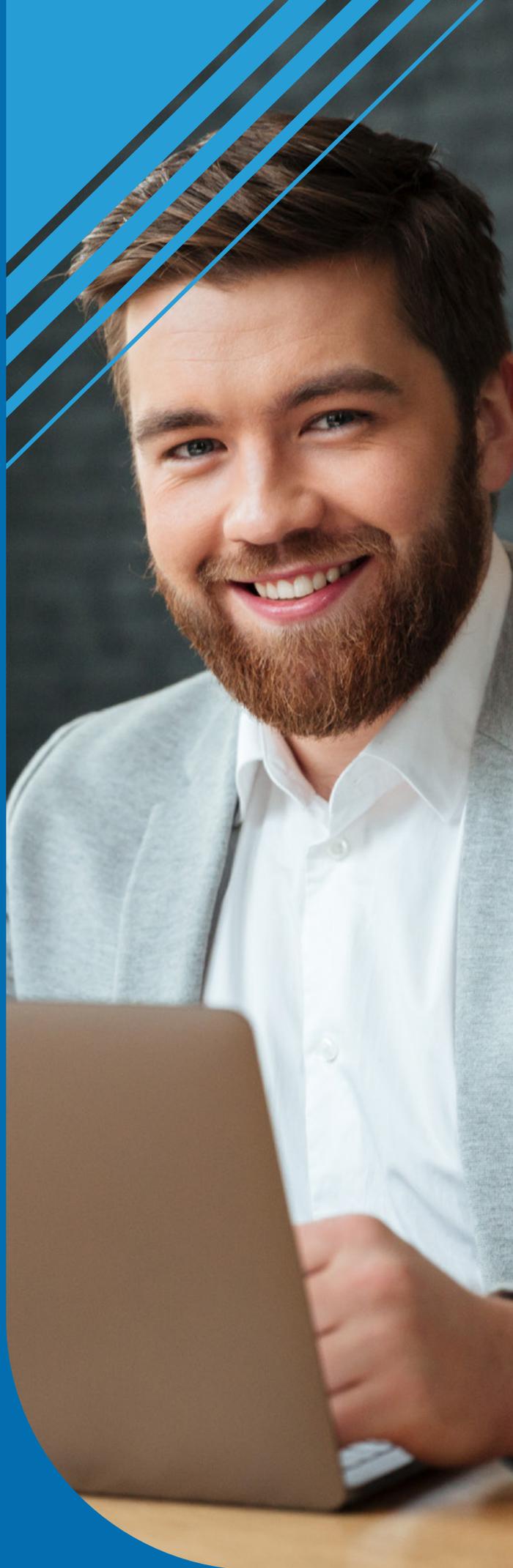
Se for o caso, verifique junto à Fundação se o seu endereço eletrônico está correto e, caso precise atualizá-lo, utilize o app Faeces Saúde ou solicite a alteração pelos demais canais de atendimento da Entidade:

• Telefone: (27) 2122-3900
ou E-mail: previdencial@faeces.com.br

PESQUISA SOBRE NÃO ADERÊNCIA AO PLANO II

Foi iniciada em dezembro de 2021, uma Pesquisa com aqueles que ainda não possuem plano de previdência com a Fundação, com o objetivo de identificar o motivo da não adesão ao Plano II. As informações obtidas por meio da pesquisa trarão insumos para aprimorar a qualidade dos serviços da Fundação.

A pesquisa foi realizada por amostragem pela Zoom Inteligência em Pesquisas, agência contratada pela Fundação e finalizada em janeiro de 2022.





Empréstimo a participantes e assistidos assinado eletronicamente

Para facilitar o procedimento, bem como preservar a saúde dos participantes ao evitar deslocamentos até a sede da Fundação para a assinatura de documentos, agora é possível assinar eletronicamente contratos de empréstimos solicitados à Fundação.

Como já ocorre hoje, o participante ou assistido deverá entrar em contato com a Fundação pelo telefone (27) 2122 3900 (opção 3) ou pelo e-mail emprestimo@faeces.com.br para realizar a simulação de empréstimo.

Estando de acordo com as condições da simulação, a Fundação encaminhará para o e-mail do participante ou assistido, um link de acesso onde o contrato estará disponível para leitura e assinatura.

O processo é simples e totalmente seguro, sem a necessidade de baixar aplicativos — tudo é feito diretamente pelo referido Portal. Porém, é fundamental que o e-mail cadastrado na Entidade esteja devidamente atualizado!





Seguridade

PATROCINADORES

Os patrocinadores dos planos previdenciários administrados pela Fundação são:

- Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN
- Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – FAECES

PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

O Plano de Benefício Definido (BD) está fechado para novas adesões. Portanto, a tendência é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

O Plano de Benefícios II foi implantado em 2005 e está aberto às adesões de novos participantes.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2021	31/12/2020
PARTICIPANTES	333	351
Ativos	333	351
Autopatrocinados	-	-
ASSISTIDOS	942	941
Aposentadoria	703	717
Pensão por Morte	239	224
TOTAL	1.275	1.292

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2021	31/12/2020
PARTICIPANTES	700	705
Ativos	690	693
Autopatrocinados	10	12
ASSISTIDOS	1	1
Aposentadoria	1	1
TOTAL	701	706





Contribuições e Benefícios

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2021, R\$ 9.096.836,68 de receitas previdenciais e R\$ 31.185,295,58 de despesas previdenciais, conforme informações apresentadas a seguir.

VALORES EM R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outras	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Patrocinadores			
2020	795.076	4.004.869	6.012.047	2.476.342	676	13.289.010
2021	1.988.549	4.318.206	0	2.790.034	48	9.096.837

Na coluna "Autopatrocinados" estão os empregados que pagam a sua contribuição e do Patrocinador a partir do momento em que passam a atender às exigências da Previdência Social e da FAECES para a concessão de aposentadoria. Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições de participantes.

VALORES EM R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Outras	Total
2020	24.193.980	2.609.928	109.709	0	0	26.913.618
2021	25.362.433	2.971.706	145.016	73.019	2.633.121	31.185.296

Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a descontos efetuados na reserva de poupança e atualização de contribuições a devolver ao patrocinador Cesan.



PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2021, R\$ 7.155.516,72 de receitas previdenciais e R\$ 294.731,24 de despesas previdenciais. Este plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano que possui apenas 1 (um) assistido.

VALORES EM R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Autopatrocinados	Portabilidade	Outras	TOTAL
	Patrocinadores	Participantes e Assistidos				
2020	3.103.364	3.353.412	26.168	90.677	69	6.573.689
2021	3.442.110	3.686.107	27.281	0	19	7.155.517

Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a encargos sobre contribuições dos participantes.

VALORES EM R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS						
Ano	Aposentadoria	Pecúlio	Resgate	Portabilidade	Outras	Total
2020	4.513	0	51.543	139.999	0	196.055
2021	4.786	4.508	119.548	165.204	685	294.731

Na coluna "Outras" constam os valores correspondentes a descontos efetuados na reserva de poupança.





Despesas Administrativas

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA, deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos – as sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as despesas realizadas no ano de 2021, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, informática, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficas, entre outros. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locações de imóveis, energia elétrica, materiais de expediente, entre outros. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

VALORES EM R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	3.068.021	458.440	3.526.460
DIRIGENTES	818.904	122.365	941.269
PESSOAL PRÓPRIO	1.129.223	168.734	1.297.957
ESTAGIÁRIOS/JOVENS APRENDIZES	15.914	2.378	18.293
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	30.886	4.615	35.501
VIAGENS E ESTADIAS	-	-	-
SERVIÇOS DE TERCEIROS	715.520	106.917	822.436
DESPESAS GERAIS	129.131	19.295	148.426
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	41.100	6.141	47.242
TRIBUTOS	187.343	27.994	215.337
PERCENTUAL RATEIO UTILIZADO PARA O FUNDO ADMINISTRATIVO	87,00%	13,00%	100,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - DIRETAS DE INVESTIMENTOS

Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	Plano de Gestão Adm.	TOTAL
DESPESAS DIRETAS	177.281	26.207	35.603	239.091
CUSTODIA E CENTRALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	115.186	17.134	1.150	133.470
TAXAS, TARIFAS, CORRETAGENS E EMOLUMENTOS	6.805	-	34.124	40.929
CONSULTORIA P/ ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	11.858	-	-	11.858
PROVISÃO DE IMPOSTOS S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	43.431	9.072	330	52.833





Gestão dos Investimentos

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar são disciplinadas pela legislação vigente, além da política de investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada e com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela Fundação.

COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS APLICAÇÕES

A diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a Fundação faz desse princípio uma prática usual na gestão

dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, a Fundação procura efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela entidade.

Os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão formal a protocolos e regras. A entidade procura pautar-se, quando da análise de riscos, por critérios que garantam a sustentabilidade econômica, socioambiental e critérios de governança corporativa antes de qualquer tomada de decisão.

As aplicações dos recursos dos planos de benefícios são realizadas através de gestão própria e terceirizada, conforme abaixo:

VALORES EM R\$

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Própria	Títulos públicos - NTN	206.463.883,47	58%
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	21.488.866,70	6%
Renda Variável	Terceirizada	Fundos de Investimentos	52.075.411,83	15%
Estruturado	Terceirizada	Fundos de Investimentos	55.275.614,80	15%
Imobiliário	Própria	Imóveis	748.215	0%
Operações com participantes	Própria	Empréstimos	2.940.912,28	1%
Exterior	Terceirizada	Fundos de Investimentos	18.262.232,46	5%
Total			357.255.136,54	100%

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Própria	Títulos públicos - NTN	13.427.062,19	21%
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	27.253.201,02	43%
Renda Variável	Terceirizada	Fundos de Investimentos	8.067.820,43	13%
Estruturado	Terceirizada	Fundos de Investimentos	10.547.022,14	16%
Operações com participantes	Própria	Empréstimos	1.100.039,71	2%
Exterior	Terceirizada	Fundos de Investimentos	3.691.269,79	5%
Total			64.086.415,28	100%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Segmento	Tipo de Gestão	Tipo Aplicação	R\$	% s/ Total
Renda Fixa	Terceirizada	Fundos de Investimentos	3.964.353,42	100%
Total			3.964.353,42	100%

Conforme gráficos constantes da página seguinte, pode-se observar uma clara diversificação da carteira consolidada dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de fundos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O INVESTIMENTO NO FIP - MALBEC

Em 05/08/2014 o Plano de Benefício Definido e o Plano II adquiriram cotas do FIP Malbec, constituído sob a administração do Banco Modal S.A. ("administrador"). Como condição do investimento, foi celebrado Contrato de Outorga de Opção de Venda de Cotas de Emissão do FIP Malbec ("Contrato de Opção"), por meio do qual restou ajustado o compromisso da CEMIG-GT de adquirir a totalidade das cotas do fundo por um preço predeterminado, observadas as condições para o exercício.

A finalidade básica do Contrato de Opção era mitigar o risco do empreendimento, assegurando à Fundação o direito de vender suas cotas pelo valor de subscrição original corrigido pelo índice IPCA e acrescido de 7% ao ano, calculado desde o desembolso original até o efetivo pagamento, o que representa uma margem superior à meta atuarial dos planos de benefícios, que no caso é INPC + 5,65% para o plano de Benefício Definido e INPC + 4,20% para o plano de Benefícios II.

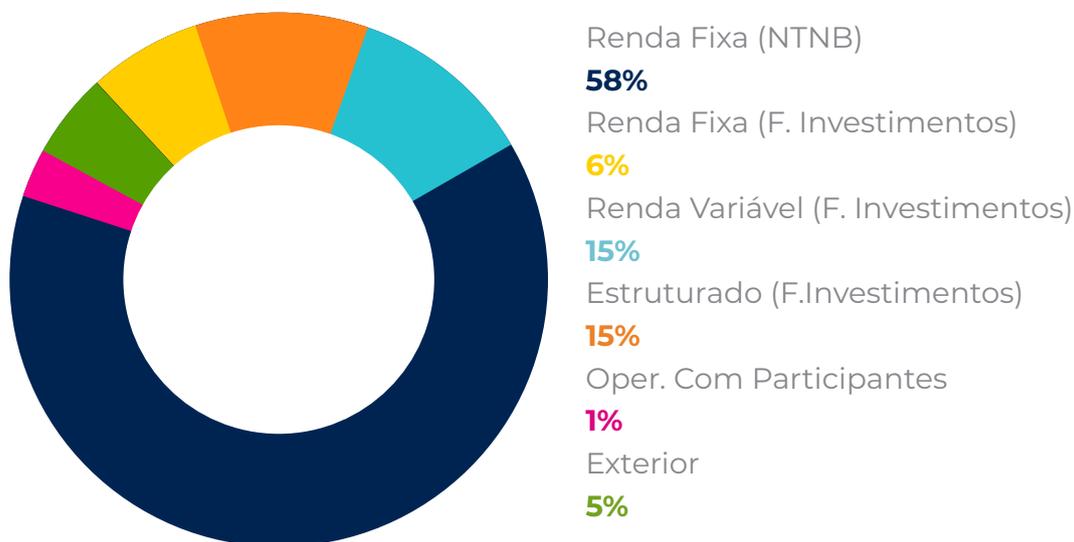
A renúncia do administrador deu início ao procedimento de liquidação antecipada do fundo, o que deflagrou o evento para exercício da opção de venda. A FAECES manifestou-se formalmente pelo exercício de suas opções em setembro/2020. Utilizando-se de prerrogativa constante do Contrato de Opção, a CEMIG-GT invocou o mecanismo da Via Amigável para negociação dos termos de valoração e pagamento das opções.

Decorrido o prazo da Via Amigável sem manifestação da CEMIG-GT, em 18/12/2020 foi protocolado requerimento de instituição de arbitragem, apresentado em atuação conjunta de oito fundações e com o apoio da Abrapp, junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá, inaugurando-se o litígio com vistas a cobrar os valores regularmente devidos pela CEMIG-GT.

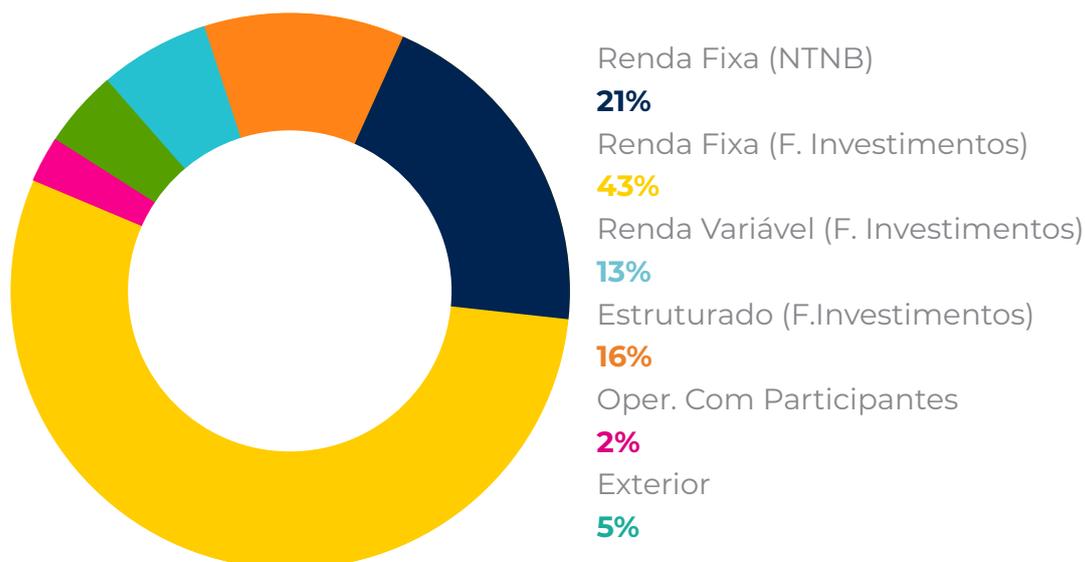
Atendendo aos critérios estabelecidos na IN PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, a partir de janeiro de 2021, foram efetuadas provisões para perda utilizando os percentuais de 1% para atrasos entre 31 e 60 dias, 5% para atrasos entre 61 e 90 dias, 10% para atrasos entre 91 e 120 dias, 25% para atrasos entre 121 e 180 dias, 50% para atrasos entre 181 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando o prazo decorrido entre a data final da solução por via amigável e o fim do exercício de 2021, o valor da PUT atingiu 100% da provisão para perda.

O grupo de 8 Fundações que investiram no fundo, incluindo a FAECES, ingressou junto a Câmara de Arbitragem para exigir o cumprimento integral do contrato, o que representará o recebimento de R\$ 18.724 mil para o Plano BD e R\$ 2.340 mil para o Plano de Benefícios II, a valores de 2021.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

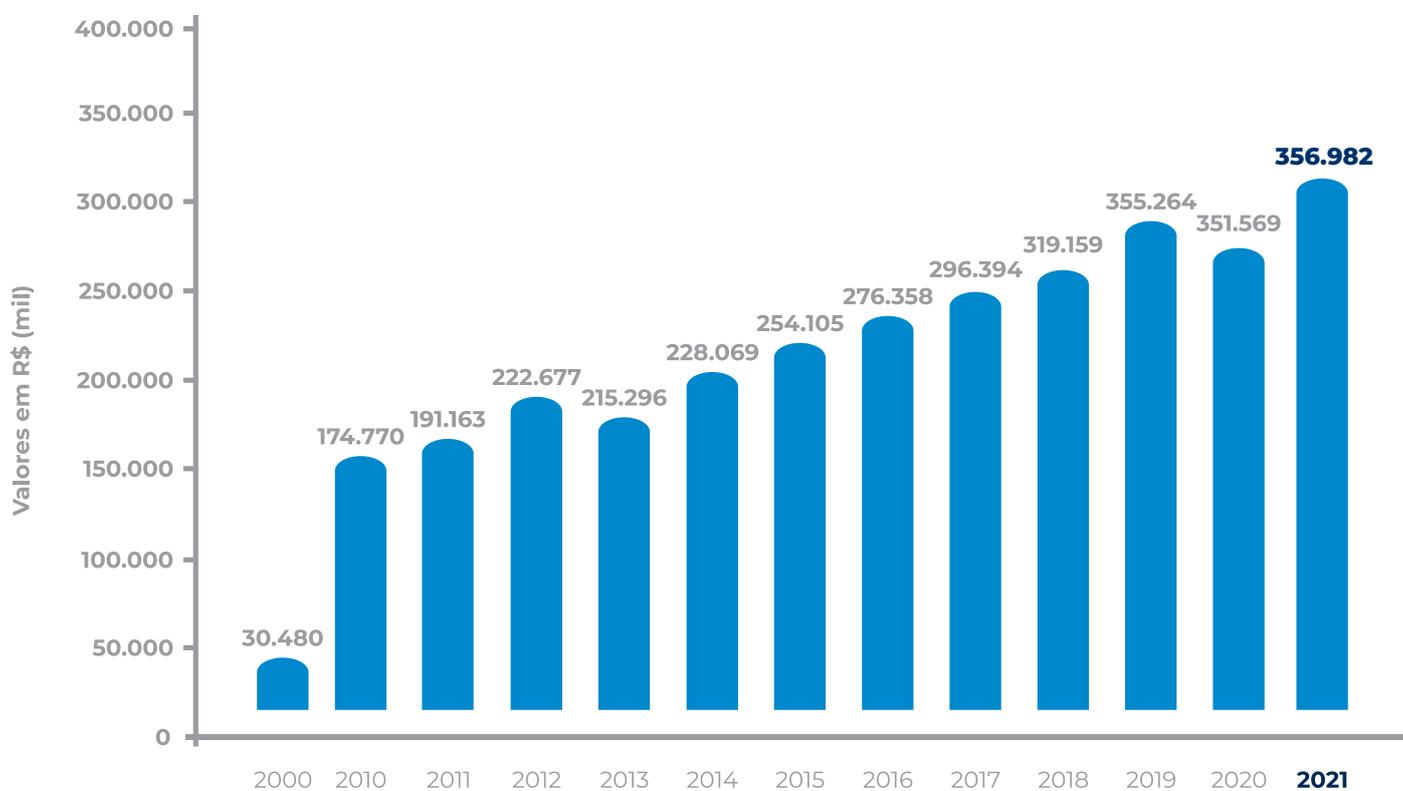


PLANO DE BENEFÍCIOS II ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

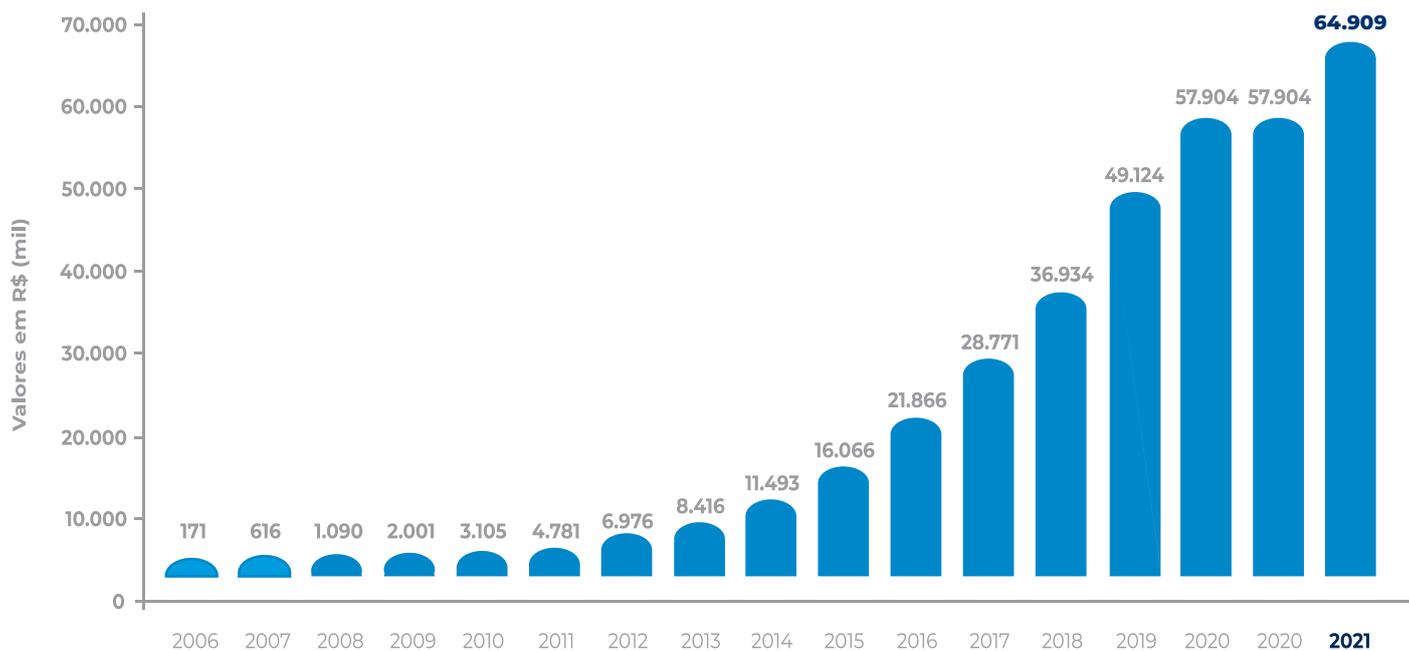


PATRIMÔNIO SOCIAL

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO



PLANO DE BENEFÍCIOS II



RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade consolidada obtida nos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Fundação foi positiva, porém ficou abaixo da meta atuarial (5,65% a.a. mais INPC do mês anterior para o Plano de Benefício Definido e 4,20% a.a. mais INPC do mês anterior para o Plano de Benefícios II).

Os índices de inflação no ano de 2021 tiveram variação de 10,16% (INPC), 17,79% (IGPM) e 10,06% (IPCA).

RENTABILIDADE			
Plano	Rentabilidade (%)	Meta Atuarial (%)	Diferença em pontos percentuais
Plano de Benefício Definido	5,30%	17,23%	-11,93
Plano de Benefícios II	0,95%	15,62%	-14,67

O Plano de Gestão Administrativa obteve uma rentabilidade de 3,95%, percentual abaixo do CDI de 4,44%.

A rentabilidade de cada segmento de aplicação está disponível a seguir, no item “Política de Investimentos”.

ESS GROWTH





Política de Investimentos

A política de investimentos dos planos de benefícios cumpre o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano.

A política de investimentos, em sua integralidade, pode ser consultada através do site da Fundação ou obtida diretamente na entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021

A seguir são apresentadas algumas informações da gestão de investimentos do ano de 2021 relacionada à política de investimento para o mesmo período:

LIMITES POR SEGMENTO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	LIMITES POLÍTICA		ALOCÇÃO	
		INFERIOR	SUPERIOR	PLANO BD	PLANO II
Renda Fixa	100%	40%(BD) 10% (II)	100%	63,14%	55%
Renda Variável	70%	0,00%	40%	16,18%	20%
Estruturado	20%	0,00%	20%	14,35%	18%
Exterior	10%	0,00%	8%	5,00%	5%
Imobiliário	20%	0,00%	20%	0,22%	0%
Operações com Participantes	15%	0,00%	5%	1,11%	2%

Os limites de alocação e concentração por emissor e de operações com derivativos observaram os limites estabelecidos na legislação vigente e na política de investimentos.

META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO/ MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	18,01	INPC + 5,65% a.a.	16,38	1,63
Renda Fixa (Referenciado)	-6,56	INPC + 5,65% a.a.	16,38	-22,94
Estruturado (Multimercado)	4,97	INPC + 8% a.a.	18,97	-14,00
Estruturado (Participações)	-28,08	INPC + 8% a.a.	18,97	-47,05
Renda Variável	-13,85	INPC + 8% a.a.	18,97	-32,82
Exterior	16,20	INPC + 8% a.a.	18,97	-2,77
Operações com Participantes	17,99	INPC + 5,65% a.a.	16,38	1,61
Imobiliário	12,33	INPC + 5,65% a.a.	16,38	-4,05

PLANO DE BENEFÍCIO II				
SEGMENTO/ MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	7,98	INPC + 4,20% a.a.	14,79	-6,81
Renda Fixa (Referenciado)	-6,36	INPC + 4,20% a.a.	14,79	-21,15
Estruturado (Multimercado)	3,89	INPC + 8% a.a.	18,97	-15,08
Estruturado (Participações)	-17,33	INPC + 8% a.a.	18,97	-36,30
Renda Variável	-15,08	INPC + 8% a.a.	18,97	-34,05
Exterior	13,47	INPC + 8% a.a.	18,97	-5,50
Operações com Participantes	17,83	INPC + 4,20% a.a.	14,79	3,04

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO/ MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	3,95	CDI	4,44	-0,49

AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INVESTIMENTOS

A Fundação estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal e sistêmico.

No caso de investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados frequentemente pela entidade, através de consultoria de avaliação de riscos terceirizada.

A gestão do risco de mercado foi realizada através de duas ferramentas estatísticas: (i) Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR) e (ii) Stress Test, observando-se os limites estabelecidos na política.

Na avaliação do risco de crédito foi utilizado, entre outros instrumentos, os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil, observando a agência e o rating mínimo definidos na política e a abordagem qualitativa que analisa elementos que possam contribuir com a formação de opinião acerca da capacidade de pagamento, incluindo-se: análise de emissores, documentação e prospecto, prazos, fatores financeiros, garantias etc.

Para fins de mensuração e análise do risco de liquidez, foram utilizados os indicadores com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes e assistidos no curto e médio prazos, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (ativo).

O controle do risco operacional foi realizado através da identificação dos riscos de investimentos e correspondentes controles para mitigação destes riscos, sendo tal procedimento formalizado através do Relatório de Riscos e Controles Internos de Investimentos. Além disso, é preparado pela consultoria de investimentos e pela própria FAECES o relatório de compliance e de acompanhamento da política de investimentos.

O risco legal foi acompanhado através da elaboração de relatórios de compliance, que permitem ve-

rificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimentos, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal;

Para o monitoramento do risco sistêmico foram utilizados relatórios periódicos acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado o VaR e Stress da carteira consolidada, conforme parâmetros já estabelecidos no risco de mercado.

O risco relacionado à sustentabilidade observa os princípios socioambientais – que serão observados sempre que possível – sem adesão formal a protocolos e regras. A entidade procura pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade econômica, socioambiental e critérios de governança corporativa antes de qualquer tomada de decisão.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022

A seguir são apresentados os limites aprovados na política de investimento para os planos de benefícios adotada para o exercício de 2022:

LIMITES POR ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

A política de investimentos observa os limites especificados na legislação com relação a alocação e concentração por emissor, conforme a seguir:

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	PI
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Demais Emissores	10%	10%
Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	10%	10%

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	EFPC
Instituição financeira (bancárias, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
FIDC e FIC-FIDC	25%	25%
ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
FII e FIC-FII	25%	25%
FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
Do emissor listado na alínea “d” do inciso III do art. 21	15%	15%
De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa	25%	25%
Quantidades de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

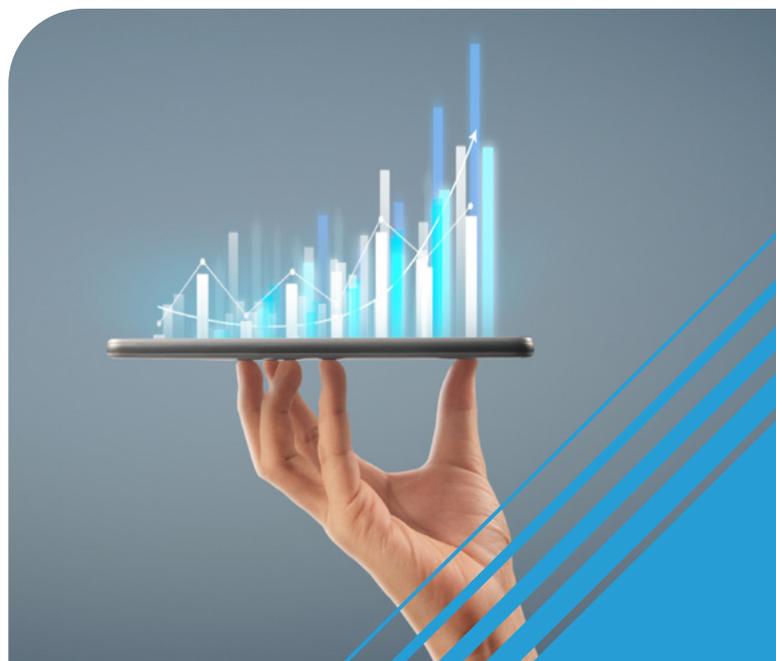
LIMITE DE DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas na legislação, conforme a seguir:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitas pela Clearing.
- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS

Os demonstrativos dos investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa estão disponíveis no site da entidade para consulta dos participantes e assistidos.





Situação Atuarial

PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT – ENCERRAMENTO EXERCÍCIO DE 2020

Em atendimento às medidas necessárias para o equacionamento do déficit apurado no Plano de Benefício Definido (BD) em 2020, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e a CESAN aprovaram em 2021 o Plano de Equacionamento de Déficit, que implementará a cobrança de contribuições extraordinárias aos participantes, assistidos e patrocinadores a partir de abril de 2022.

O Plano de Equacionamento define que o déficit de aproximadamente R\$ 22 milhões (atualizado em 31/12/2021), seja equacionado por meio de contribuições extraordinárias, da seguinte forma:

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA OS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS:

- alíquota mensal de 2,18% sobre o salário de participação para participantes;
- alíquota mensal de 3,16% sobre o valor do benefício para assistidos (inclusive pensionistas).

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA OS PATROCINADORES:

- cobrança de 2,18% sobre a folha salarial de participação de participantes;

- cobrança de 3,16% sobre a folha mensal bruta de benefícios do Plano BD.

Os patrocinadores optaram por efetuar o equacionamento de sua responsabilidade em parcela única, efetuando o pagamento no dia 31/03/2022.

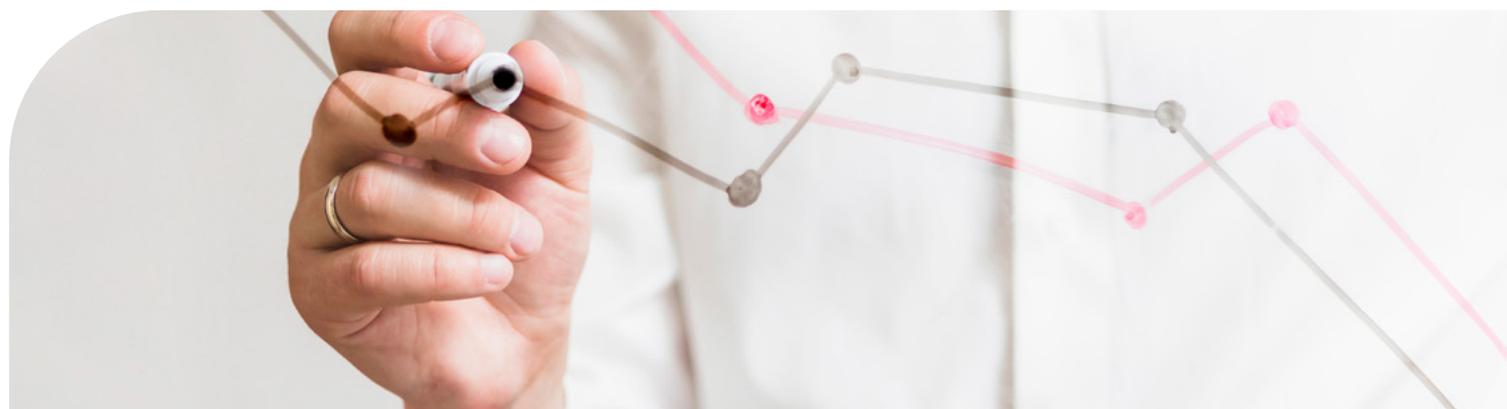
A contribuição extraordinária deverá ser realizada considerando 13 parcelas anuais – incidentes, portanto, sobre o 13º salário dos participantes e do abono anual dos assistidos e pensionistas.

O prazo de amortização previsto inicialmente é de 13,85 anos (166 meses).

O Plano de Equacionamento de Déficit está disponível para consulta na área restrita do site.

PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL – ENCERRAMENTO DE 2021

O estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais adotadas em avaliações atuariais dos planos de benefícios administrados pela FAECES no encerramento do exercício de 2021, demonstrou a necessidade da adoção das seguintes premissas atuariais, que foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo.



HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS:

PREMISSAS	CONJUNTO DE HIPÓTESES RECOMENDADO	
	PLANO BD	PLANO II
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT2000 Básica por sexo	AT2000 Básica por sexo
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT49 M	AT49 M
Demográficas		
Composição Familiar de pensionistas	Benefícios Concedidos: família real Benefícios a Conceder: família média, sendo:	Benefícios Concedidos: família real Benefícios a Conceder: família média, sendo:
Participantes com dependente vitalício (% casados) Diferença de idade entre titular e dependente vitalício Idade do filho mais jovem	85% de participantes casados 5 anos (titular masculino mais velho) Estimado por $Z = 24 - \text{MAX}((85-x)/2; 0)$	85% de participantes casados 5 anos (titular masculino mais velho) Estimado por $Z = 24 - \text{MAX}((85-x)/2; 0)$
Rotatividade	Não se aplica	Taxa anual de 0,60%
Entrada em aposentadoria	4 anos após elegibilidade (k + 4)	Não se aplica
Econômicas		
Projeção de Crescimento Real de Salários	2,25% a.a.	1,90% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários	98,0% a.a.	98,0% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios	98,0% a.a.	98,0% a.a.

HIPÓTESE DE TAXA REAL DE JUROS

O Teste de Convergência recomenda a adoção da taxa de 5,01% a.a. (a vigente é 5,65%) para o Plano de Benefício Definido e de 4,20% a.a. para o Plano de Benefícios II. Ambas as taxas estão de acordo com a legislação vigente.

AVALIAÇÃO ATUARIAL – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021

A seguir apresentamos o resultado da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2021, e informamos que a íntegra do Relatório de Avaliação Atuarial contendo o parecer atuarial, o plano de custeio, o resultado e demais informações, está disponível na área restrita do site.

RESULTADO ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

VALORES EM R\$

	2020	2021
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	348.110.793,52	353.365.486,84
PROVISÕES MATEMÁTICAS	392.686.632,86	416.214.349,06
(+) Passivo Atuarial	392.686.632,86	427.335.435,21
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	(11.121.086,15)
(=) Superávit/ (Déficit) Acumulado	(44.575.839,34)	(62.848.862,22)
(+/-) Ajuste Precificação	4.988.275,28	3.799.336,50
(=) Superávit/ (Déficit) Acumulado (Ajustado)	(39.587.564,06)	(59.049.525,72)

O Plano de Benefício Definido apresentou déficit técnico acumulado de R\$ 62.848.862,22 ao final do exercício de 2021.

Após o ajuste de precificação permitido pela legislação, apurou-se o montante de R\$ 59.049.525,72 referente a déficit acumulado ajustado.

A situação financeiro-atuarial do plano apresentou, em 31/12/2021, um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ (59.049.525,72), equivalente a 14,19% das Provisões Matemáticas do plano (no valor de R\$ 416.214.349,06).

Desta forma, por extrapolar o limite de tolerância de 6,56% (Limite de ETA) das respectivas Provisões Matemáticas, em conformidade com preceitos previs-

tos pela legislação vigente, será necessário elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico ao longo do exercício de 2022 de, no mínimo, R\$ 31.729.215,85.

As causas do déficit foram o aumento das provisões matemáticas influenciado pela alteração da premissa de taxa real de juros de 5,65% para 5,01%, os investimentos que não atingiram a meta atuarial no ano de 2021, provisão para perda da Opção de Venda das cotas do FIP Malbec e a atualização monetária do montante a devolver ao Patrocinador referentes aos aumentos salariais provenientes das alterações do plano de cargos e remunerações do patrocinador que havia sido repassado ao Plano de Benefício Definido como contribuição de serviço passado.

PLANO DE BENEFÍCIOS II

VALORES EM R\$

	2020	2021
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	56.456.758,76	63.361.354,83
PROVISÕES MATEMÁTICAS	55.659.089,49	63.020.841,95
(+) Passivo Atuarial	55.659.089,49	63.020.841,95
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00
(=) Superávit/ (Déficit) Acumulado	797.669,27	340.512,88

O Plano de Benefícios II apresentou patrimônio suficiente para cobrir as obrigações assumidas, sendo apurado superávit de R\$ 340.512,88.





Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis encontram-se disponíveis no site da FAECES para consulta dos participantes e assistidos.



Plano de Saúde Viva+

Em 2021, o Viva+ completou 4 anos garantindo assistência à saúde aos seus beneficiários e nesses anos vem buscando dar cada vez mais segurança e qualidade no atendimento aos beneficiários do Viva+. A Fundação continua credenciando vários prestadores de serviços, das mais diversas especialidades e em diferentes cidades.

A rede credenciada completa está disponível para consultas no site da Fundação.

CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE

Os planos de saúde têm custeios específicos – suas contabilizações e patrimônios são mantidos em separado em relação aos planos previdenciários. Eles vêm mantendo o equilíbrio financeiro, através de um esforço conjunto da Fundação e da CESAN, encerrando o exercício de 2021 com um patrimônio líquido de R\$ 5.795.071,75.

As demonstrações contábeis do plano de saúde Viva+ e o relatório da Administração estão disponíveis no site da Fundação para conhecimento dos beneficiários.



Expediente

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bl. A
Salas 1303 a 1314 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro da operadora dos Planos de Saúde, FAECES na ANS: 32.966-5

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente)
Ana Cristina Munhós de Souza (Diretora de Seguridade)
Andre Barbosa Barreto Duarte (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Luciana Miranda Soares Garcia (Presidente) | Romeu Souza Nascimento Júnior
Millena Plaster Benevides Freitas | Reginaldo José de Castro

Suplentes:

Sérgio Henrique Vieira Rabello | Jouze Ferrari Wander Haeyden Lentini
Rafaela Perim Pechinho | Gelson Lopes de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Tiago Siqueira da Silva | Stênio Santos Sales
Hélio de Sousa | Edmar José Zorzal (Presidente)

Suplentes:

Ana Maria Gusmão Lyra Silveira | Karla Ponzo Vaccari
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | Lorena Favero Uliana



**ESTE RELATÓRIO FOI EDITADO SOB RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA
ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.FAECES.COM.BR**

Produção:

Plus Interativa

www.plusinterativa.com

Jornalistas Responsáveis:

Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)

Domenico Di Candilo / Plus (MTB 24007/SP)

Com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio deste documento impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. Caso deseje, entre em contato com a FAECES e peça a sua cópia física.



capital
prev